



DIÁRIO DO GOVÉRNO

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa à assinatura do *Diário do Governo* e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódicos que trocarem com o mesmo *Diário*.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 188	Semestre	9\$50
A 1.ª série. . . .	88	"	4\$50
A 2.ª série. . . .	68	"	3\$50
A 3.ª série. . . .	58	"	2\$50
Avalso: até 4 pág., \$04; cada fl. de 2 págs. a mais, \$02			

O preço dos anúncios é de \$06 a linha, acrescido de \$01 de sêlo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias do que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Lei n.º 290, constituindo os novos círculos eleitorais.
Portaria n.º 287, autorizando a Misericórdia de Santo Tirso a adquirir vários terrenos para a construção do novo Hospital, Asilo e Maternidade.

Ministério da Guerra:

Lei n.º 291, abrindo um crédito extraordinário de 3:000.000\$ destinado a despesas de preparação para a guerra.

Ministério das Colónias:

Rectificação ao decreto n.º 1:212, sobre serviço de permutação de fundos, por intermédio dos correios, nas colónias portuguesas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

LEI N.º 290

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º A eleição de Deputados faz-se por círculos eleitorais.

§ 1.º Cada círculo eleitoral elege um, três, quatro, cinco ou dez Deputados, conforme o quadro anexo de divisão de círculos que fica fazendo parte integrante desta lei.

§ 2.º Nos círculos que elegem três, quatro, cinco ou dez Deputados cada eleitor só poderá votar em dois, três, quatro ou sete nomes, respectivamente.

Art. 2.º Salvo as restrições estabelecidas no capítulo IV da lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913, poderão ser eleitos membros do Congresso todos os cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral ou que, não o estando, provém, no momento da apresentação da candidatura, que reúnem todos os requisitos exigidos pela lei vigente para a capacidade eleitoral.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Janeiro de 1915.—*Manuel de Arriaga*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Alexandre Braga*—*José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães*—*Álvaro de Castro*—*Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*—*Augusto Soares*—*Eduardo Alberto Lima Basto*—*Alfredo Rodrigues Gaspar*—*Frederico António Ferreira de Simas*.

Quadro da divisão dos círculos eleitorais a que se refere o § 1.º do artigo 1.º da presente lei

Numeração dos círculos	Sedes dos círculos	Concelhos de que se compõem	Número de Deputados dos círculos
1	Viana do Castelo . . .	Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção . .	3
2	Ponte do Lima . . .	Ponte do Lima, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez . . .	3
3	Braga	Braga, Esposende, Póvoa de Lanhoso, Vieira de Minho, Barcelos, Terras do Bouro, Amares e Vila Verde	5
4	Guimarães	Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Vila Nova de Famalicão	4
5	Vila Rial	Vila Rial, Alijó, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio, Mondim de Basto e Murça	3
6	Chaves	Chaves, Boticas, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena	3
7	Bragança	Os concelhos do distrito	4
8	Pórtio	1.º e 2.º bairros	10
9	Penafiel	Penafiel, Baião, Amarante, Marco de Canaveses, Felgueiras, Loures, Paredes, Paços de Ferreira, Santo Tirso e Valongo	5
10	Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia, Povoa de Varzim, Vila do Conde, Maia, Matosinhos e Gondomar	5
11	Aveiro	Aveiro, Águeda, Anadia, Ilhavo, Oliveira do Bairro, Mealhada, Vagos, Estarreja e Sever do Vouga	4
12	Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis, Albergaria, Castelo de Paiva, Macieira de Cambra, Vila da Feira, Espinho, Ovar e Arouca	4
13	Viseu	Viseu, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Tondela e Vouzela	5
14	Lamego	Lamego, Armamar, Castro Daire, Moimenta da Beira, Resende, Sernancelhe, S. João da Pesqueira, Sinfães, Tabuaço, Tarouca, Penalva do Castelo, Penedono, Vila Nova de Paiva e Sátão	5
15	Guarda	Guarda, Vila Nova de Fozcoa, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhal, Sabugal e Manteigas	3
16	Gouveia	Gouveia, Seia, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Trancoso, Aguiar da Beira e Meda	3
17	Coimbra	Coimbra, Mira, Cantanhede, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure	4

Numeração dos círculos	Sedes dos círculos	Concelhos de que se compõem	Número de Deputados dos círculos
18	Arganil	Arganil, Lousã, Miranda do Corvo, Condeixa, Tábua, Penela, Oliveira do Hospital, Góis, Poiares, Pampilhosa da Serra e Penacova	4
19	Castelo Branco . . .	Castelo Branco, Idanha, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Certã e Vila de Rei	3
20	Covilhã	Covilhã, Belmonte, Fundão, Penamacor e Oleiros	3
21	Leiria	Leiria, Alvaizere, Ancião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão, Batalha e Pôrto de Mós	3
22	Alcobaça	Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Bombarral, Peniche e Pombal	3
23	Santarém	Santarém, Barquinha, Salvaterra, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Alcanena	4
24	Tomar	Tomar, Mação, Sardoal, Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Vila Nova de Ourém e Tôrres Novas	4
25	Lisboa	1.º e 2.º bairros	10
26	Lisboa	3.º e 4.º bairros	10
27	Setúbal	Setúbal, Alcácer, Alcochete, Aldeia Galega, Almada, Barreiro, Cezimbra, Grândola, Moita, S. Tiago de Cacém e Seixal	5
28	Tôrres Vedras	Tôrres Vedras, Azenha, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Sintra, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sobral de Monte Agrado e Vila Franca de Xira	5
29	Portalegre	Os concelhos do distrito	4
30	Évora	Os concelhos do distrito	4
31	Beja	Os concelhos do distrito	4
32	Faro	Faro, Alcoutim, Castro Marim, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António	3
33	Silves	Silves, Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Vila do Bispo e Vila Nova de Portimão	4
34	Angra do Heroísmo .	Os concelhos do distrito	1
35	Horta	Os concelhos do distrito	1
36	Ponta Delgada . . .	Os concelhos do distrito	3
37	Funchal	Os concelhos do distrito	4
38	Cabo Verde	Província de Cabo Verde	1
39	Guiné	Província da Guiné	1
40	S. Tomé e Príncipe .	Província de S. Tomé e Príncipe	1
41	Angola	Província de Angola	1
42	Moçambique	Província de Moçambique	1
43	Índia	Província da Índia	1
44	Macau	Província de Macau	1
45	Timor	Província de Timor	1

Paços do Governo da República, em 11 de Janeiro de 1915.—O Ministro do Interior, *Alexandre Braga*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

PORTARIA N.º 287

Atendendo ao que representou a Irmandade da Misericórdia de Santo Tirso;

Vistas as informações oficiais e o disposto no n.º 2.º do artigo 253.º do Código Administrativo:

Manda o Governo da República Portuguesa que ela

seja autorizada a adquirir, por compra, parte da bouça e dum terreno lavradio, com a superfície de 20:198^{m²},40, avaliado em 2.423\$81, que fazem parte da quinta denominada Gião, pertencente aos herdeiros do falecido Francisco António Pinhoiro de Miranda, e bem assim os quintais dos prédios situados no final da Avenida da Liberdade e Caminho do Corvilho, da mesma vila, com uma superfície de 1:057^{m²},77, avaliados em 528\$88, pertencentes a José Luís do Régo, António Francisco Ferreira, António da Rocha Júnior e a Francisco de Sousa Correia, os quais terrenos são necessários para a construção do novo Hospital, Asilo e Maternidade, que a aludida Misericórdia pretende levar a efecto.

Outrossim manda o Governo da República Portuguesa que a mesma Misericórdia seja autorizada a alienar das obrigações de assentamento, que possui, de 4 1/2 por cento do empréstimo de 1888 e 1889, as que forem necessárias para perfazer a quantia de 18.710\$ com que pretende fazer face à aquisição dos mencionados terrenos e construção do referido edifício.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Janeiro de 1915.—O Ministro do Interior, *Alexandre Braga*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.º Direcção

1.ª Repartição

LEI N.º 291

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Guerra, um crédito extraordinário da quantia de 3:000.000\$.

Art. 2.º Este crédito é destinado a despesas de preparação para a guerra, as quais serão feitas sem distinção de pessoal ou material, e adicionado ao capítulo 3.º da despesa extraordinária do orçamento do segundo dos cidadãos Ministérios para o ano económico de 1914—1915:
«Material de preparação para a guerra».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Guerra a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Janeiro de 1915.—*Manuel de Arriaga* — *Álvaro de Castro* — *Joaquim Bastião Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral das Colónias

3.ª Repartição

2.º Secção

Rectificação

No último período do artigo 38.º do decreto n.º 1:211, publicado no *Diário do Governo* n.º 241, de 23 de Dezembro de 1914, onde está: «ordens postais pagas ou clusão depósitos feitos na administração correspondente, com ex- dos isentos de prémio», deve estar: «ordens postais pagas ou depósitos feitos na administração correspondente, com exclusão dos isentos de prémio».

Direcção Geral das Colónias, em 11 de Janeiro de 1915.—O Sub-Director Geral, *João Taumaturgo Junqueira*.